

## O CAMPO RELIGIOSO CRISTÃO E SEU OLHAR FRENTE À HOMOSSEXUALIDADE NAS PÁGINAS DA REVISTA VEJA NA DÉCADA DE 1970

### THE CHRISTIAN RELIGIOUS FIELD AND ITS VIEW TOWARDS HOMOSEXUALITY IN THE PAGES OF VEJA MAGAZINE IN THE 1970S

Leonardo da Silva Martinelli<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo analisa o campo religioso cristão enquanto componente em notícias atreladas à homossexualidade publicadas na revista *Veja*, que assinalaram diferentes interpretações: tanto positivas quanto negativas acerca desse tema. Metodologicamente é utilizada a análise de conteúdo temático em uma abordagem qualitativa para analisar essas matérias. O problema de pesquisa é atentar aos usos desse componente religioso cristão na construção e difusão de entendimentos que tanto podiam reforçar a estigmatização das homossexualidades, quanto usá-los para apoiá-la; e a partir dessa publicização, aventar as possíveis releituras acerca do tema, a partir dessas notícias, naquele contexto de intensa defesa da “moral e os bons costumes”.

**PALAVRAS-CHAVE:** campo religioso cristão; homossexualidade; ditadura civil-militar.

**ABSTRACT:** This article analyzes the christian religious field as a component in news related to homosexuality published in *Veja* magazine, that marked different interpretations: both positive and negative about this theme. Methodologically thematic content analysis is used in a qualitative approach to

---

\* Este artigo compõe parte da dissertação de mestrado em História defendida no ano de 2019, com algumas revisões e ampliações. A pesquisa contou com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES). A coleta das fontes se deu a partir de um mecanismo de busca por palavras-chave no acervo virtual do *site* da revista *Veja*, em 2017. As palavras foram: gay, homossexual e sodomia. A pesquisa partiu desse *corpus documental* que contabilizou 339 publicações presentes em 276 edições.

<sup>1</sup> Possui graduação em História (licenciatura) pela Universidade de Passo Fundo (2016) e Mestrado em História pela mesma instituição (2019). Atualmente é Doutorando em História na Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisador do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Também integra a Rede de Historiadores e Historiadoras LGBTQI+. Desenvolve pesquisa sobre as representações das homossexualidades na imprensa brasileira. Tem interesse nos seguintes temas: homossexualidades, gênero, identidades, sociabilidades, representações, ditadura civil-militar e imprensa. Email: leonardos.martinelli@gmail.com

analyze these matters. The research problem is to pay attention to the uses of this Christian religious component in the construction and diffusion of understandings that could both reinforce the stigmatization of homosexualities, how much to use them to support it; and from this publication, to suggest possible re-readings on the theme, starting from these news, in that context of intense defense of “morals and good customs”.

**KEYWORDS:** Christian religious field; Press; Homosexuality; Civil-military dictatorship.

*O senhor é meu pastor e ele sabe que eu sou gay.*  
Troy Perry<sup>2</sup>

### Considerações iniciais

O campo religioso é composto por distintas crenças que fornecem uma explicação sobre a gênese do mundo, bem como os valores, comportamentos, práticas e formas de crer. Apresentam determinados entendimentos como as condutas morais que, dentre outras questões, tenta regular os comportamentos sexuais dos sujeitos por meio de um discurso capaz de ampliar-se em decorrência das relações de poder engendradas. No entanto, mesmo as crenças religiosas oferecendo uma dada leitura do mundo aos seus adeptos, elas não se limitam a estas compreensões. Ressignificações subjetivas, particulares ou coletivas, possibilitam reavaliar essa postura e, por conseguinte, introduzir novas interpretações.

A teoria de Pierre Bourdieu sobre campo social nos ajuda a entender a problemática aqui proposta, pois para o autor a sociedade está dividida em campos sociais que disputam forças entre si. E dentre esses campos está o religioso, aqui analisado. As fontes pesquisadas revelam “relações de força entre os agentes e a instituição que lutam pela hegemonia, isto é, pelo monopólio da autoridade, que concede o poder de ditar as regras e de repartir o capital específico do seu campo de poder” (BOURDIEU, 1983: 114). Neste caso, em especial, idiosincrasias religiosas emergiram propondo a inclusão de

---

<sup>2</sup> Esta é a tradução de uma frase atribuída ao reverendo Troy Perry, da Igreja da Comunidade Metropolitana, nos Estados Unidos, e também o título de sua autobiografia: “The Lord Is My Shepherd and He Knows I’m Gay: The Autobiography of the Reverend Troy D. Perry”, publicada em 1987.

homossexuais na fé cristã, não os vendo de uma forma discriminatória, mas inclusiva, possibilitando-lhes também casar-se sob as bênçãos de Deus. Essas tensões no interior desse campo transnacional são abordadas sob o olhar do campo jornalístico e em meio ao campo político da ditadura civil-militar brasileira.

Ao analisar as representações dos gays veiculadas na revista *Veja* entre os anos de 1968 a 1983 verificou-se a presença de entendimentos embasados nas crenças religiosas, especialmente o cristianismo, em matérias específicas tratando desse tema, mas também menções atribuídas a representantes da fé em outras. Tais compreensões além de serem construtoras e reconstrutoras da moralidade e sociedade como um todo, eram reiteradas em notícias que mencionaram o tema das homossexualidades.

A partir da coleta, leitura e análise das fontes foi possível observar a presença de algumas representações tendencialmente positadoras da homossexualidade, ao passo que em outras era reforçado o aspecto polêmico e estigmatizador respaldado em determinadas interpretações religiosas. Metodologicamente são analisadas algumas dessas fontes a partir da Análise de Conteúdo temático proposta por Laurence Bardin (2011) e Roque Moraes (1999), especialmente em sua abordagem qualitativa, que permitiu observar a centralidade das crenças cristãs na pauta das notícias. É preciso destacar que essa categoria temática “crenças religiosas” foi observada e analisada junto a outras numa análise conjunta (MARTINELLI, 2019), mas por apresentar elementos singulares, considerando o período, será atendida neste artigo.

O objetivo desta reflexão é analisar a forma como o saber dominante do campo religioso, especialmente o cristão, é usado no amálgama de representações dissonantes que ora acenam de forma positiva, mediante reinterpretações bíblicas, e em outras, negativa, a respeito das homossexualidades. Nesse sentido, o problema de pesquisa é atentar aos usos desse componente religioso cristão na construção e difusão de entendimentos que tanto podiam reforçar a estigmatização das homossexualidades, quanto usá-los para apoiá-la. As fontes usadas para pensar o campo religioso cristão são

matérias publicadas na revista *Veja*, na década de 1970, e a partir dessa publicização na imprensa escrita nacional, aventar as possíveis releituras do público leitor brasileiro acerca das transformações ocorridas no exterior e noticiadas no periódico.

*Veja* foi a primeira revista no segmento semanal de informação que surgiu no Brasil, em 1968, e posteriormente adquiriu considerável valorização, especialmente pelo seu público leitor, uma parcela classe média urbana, passando a fazer parte da chamada grande imprensa, apresentando elementos que a qualificam nesse grupo: “circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro” (LUCA, 2012, [e-book]). A partir de notícias veiculadas serão problematizados os entrelaçamentos das representações que envolviam o pensamento cristão e as homossexualidades publicizadas na esfera pública brasileira, nesse periódico, no período da ditadura civil-militar.

O texto divide-se em três partes: na primeira é contextualizada a conjuntura e as principais questões voltadas às questões sexuais, especialmente as homossexualidades<sup>3</sup> (GREEN, QUINALHA, 2015; TREVISAN, 2000), na sequência é abordada a categoria “crenças religiosas” e será dividida em dois tópicos: inicialmente serão apresentadas notícias tendencialmente favoráveis à homossexualidade e atreladas à religiosidade, como idiosincrasias cristãs que possibilitaram a realização de casamentos de pessoas homossexuais no âmbito religioso, nos Estados Unidos; e posteriormente notícias que apresentaram componentes que reforçavam a discriminação a essas pessoas a partir de uma leitura bastante difundida do entendimento bíblico. As considerações finais retomam essa imbricação de representações a partir desses componentes

---

<sup>3</sup> O termo homossexualidades, no plural, é usado porque de acordo com James Green e Renan Quinalha, no período da ditadura civil-militar não havia a compreensão e divisão explícita em torno dessas identidades, todos os sujeitos, gays, lésbicas, travestis, dentre outras terminologias que podiam ser usadas, eram vistos como seus integrantes. Somente a partir de meados dos anos 1980 é que irão se configurar, de forma mais explícita, as diferenças no interior desse grupo. Porém, o termo é útil por permitir operacionalizar uma gama de possibilidades de pensar e viver a homossexualidade, considerando diferentes marcadores sociais, corporais, de gênero, classe, etnia-raça, de forma interseccional, em distintas escalas analíticas. João Silvério Trevisan também chamou a atenção para pessoas que não acionavam tal identidade homossexual, mas que mantinham práticas homoeróticas, ou seja, trata-se de outra forma de experienciar os prazeres sexuais e pensá-los a partir da pluralidade de vivências possíveis. Razões que apontam de forma profícua o uso de tal categoria de análise.

religiosos no cenário brasileiro marcadamente moralista e autoritário em que as notícias circularam.

### **Uma ditadura dos “bons costumes”**

A defesa da “moral e os bons costumes” foi um dos argumentos que fez parte do governo autoritário iniciado em 1964 e que findou em 1985. No entanto, essa questão não se manteve apenas no nível discursivo, mas foi materializada através de ações concretas que visavam proteger tal estruturação social. É importante lembrar que ao falar que esses valores foram tomados de forma proselitista nesse período, não significa que não fizeram parte de valores exaltados em momentos anteriores ou que tenham sido abandonados após o fim da ditadura civil-militar brasileira. Esses princípios estão respaldados numa interpretação dominante do pensamento cristão, que entende a família, a sociedade, o papel de homens e mulheres, bem como da própria sexualidade humana como um modelo universal, “natural”, de origem “divina”.

Por mais que possíveis dissidências tenham ocorrido, seja num discurso que tensionou tal interpretação ou por meio de práticas que o afrontavam, no ambiente público ainda era comum – e pode-se dizer que não foi totalmente abandonado – reiterar tal discurso moral, que tende a conferir as pessoas uma valorização e maior respeitabilidade. Possivelmente permanências herdadas da moralidade puritana vitoriana.

Conforme disserta Cowan, a atenção dada à homossexualidade como uma questão de segurança nacional remonta períodos antecedentes à ditadura, no entanto:

Enquanto o regime militar se endurecia nos anos 1960, as polícias estatais continuavam a aderir a um esquema no qual sexo entre homens pertencia a um submundo obviamente estigmatizado e degenerado, povoado por “pederastas”, alcoólatras, prostitutas, deficientes mentais e vários desviantes e inconformados. No contexto da Guerra Fria e do anticomunismo esmagador, pertencer a esta comunidade de delinquentes parecia uma ameaça à segurança nacional (COWAN, 2015: 32 – grifo do autor).

Nos setores militares, em especial, a masculinidade hegemônica (CONNEL; MESSERSCHMIDT, 2013) atua com um componente a ser alcançado, pois assim como na sociedade, essa visibilização por parte dos homens lhes confere maior prestígio social, atribuído mediante essas construções culturais difundidas. A expressão performativa de gênero (BUTLER, 2017) também se insere nesse esquema, uma vez que essa masculinidade é observada a partir dela e das *performances*. Essa conformidade com o gênero atribuído e esperado socialmente se soma a ideia de uma heterossexualidade “natural”, ou seja, esses entendimentos compõem a formação desse grupo de pessoas e a sua transgressão por meio da efeminação e/ou homossexualidade são inferiorizadas.

É preciso destacar que a homossexualidade era considerada na época uma doença, por meio do código 302 do Manual de Classificação Internacional de Doenças (CID), que era seguido também no Brasil, e a interpretava como “desvio e transtorno mental” (RODRIGUES, 2018: 48). Dessa forma, além dos estigmas calcados a esta expressão da sexualidade oriundos de diferentes bases estigmatizadoras, o saber médico a compreendia como uma patologia a ser curada. Nesse sentido, por ser considerada uma doença<sup>4</sup>, a ideia de anormalidade era direcionada a essas pessoas homossexuais, e como extensão, um problema que remontava as ideias eugenistas da necessidade de uma população sadia para o desenvolvimento do país.

Na época, em razão da disputa que envolvia capitalistas e socialistas, a homossexualidade foi usada como um elemento para desqualificar o grupo opositor. No período da ditadura grupos de direita viam a homossexualidade como parte de uma suposta subversão comunista para corromper a sociedade, a família, os valores morais, ao passo que grupos comunistas a viam como resultado da “decadência da burguesia”, como um “vício pequeno burguês” (QUINALHA, 2017: 243).

---

<sup>4</sup> Somente no ano de 1985, no Brasil, houve a despatologização da homossexualidade, através da atuação de grupos de ativismo homossexual e do apoio de parcela da sociedade.

Quinalha (2017: 314), em sua tese de doutoramento, analisou documentos produzidos pelos censores e constatou que houve uma política sexual institucionalizada no período que repreendeu às homossexualidades, transexualidades e demais práticas tidas como “desvios”. O que levou o autor a chamá-la de ditadura hetero-militar (QUINALHA, 2018).

A censura à imprensa também foi uma forma de controlar e impedir a divulgação de certos temas, dentre os quais as questões morais, no entanto, conforme Carlos Fico (2002), a atenção principal sobre isso estava a cargo da Divisão de Censura de Diversões Públicas, o que não impedia que caso tal assunto fosse abordado não pudesse ser censurado na imprensa. Sobre o funcionamento da censura à imprensa e as duas modalidades acionadas: autocensura e censura-prévia, ver as discussões de Paolo Marconi (1980) e Maria Fernanda Lopes Almeida (2009).

Apesar desse cenário repressor e intimidar, surgiu em maio de 1978 o primeiro grupo de ativismo político homossexual do Brasil, em São Paulo, chamado de *Núcleo de Ação pelos Direitos Homossexuais*, adotando no ano seguinte o nome pelo qual ficou conhecido – *Somos: Grupo de Afirmação Homossexual* (GREEN, 2014: 67). De acordo com Green (2000: 454) o movimento homossexual no Brasil somente pôde desenvolver-se a partir de 1977, e não anteriormente, em decorrência da ditadura civil-militar. Nesse período a oposição ao governo intensificou-se por meio da ação de diferentes movimentos sociais e ocorreu um relativo afrouxamento do sistema repressor, com algumas vitórias conquistadas por esses ativismos, que dividiram espaço com as crises econômicas e políticas que marcaram aquele período de distensão.

Também foi um período de maior visibilidade das pessoas homossexuais na imprensa, com a difusão de jornais alternativos, geralmente produzidos e voltados a essa população, dos quais se destaca o *Lampião da Esquina*, de 1978, que teve circulação nacional e contou com uma produção gráfica de destaque. Nos outros veículos de imprensa, para além das representações que assinalavam estereótipos e discriminações às pessoas

homossexuais, passou-se a observar espaços específicos voltados a esse público. Citam-se as seções: “Coluna do Meio” e “Correio Elegante”, assinadas pelo jornalista Celso Curi no jornal *Última Hora*, de 1976 a 1977; a coluna “Guei” de autoria de Glorinha Pereira no *Correio Copacabana*; a coluna “Tudo Entendido”, assinada por Fernando Moreno na *Gazeta de Notícias*.

Contudo, isso não significou que houve uma aceitação social imediata, pois embasados na defesa da “moral e os bons costumes” vigente, foi feito uso dos aparatos censores visando interditar tais positivamente. Foi o caso, por exemplo, do jornalista Celso Curi que foi processado por meio da Lei da Imprensa por “ofender a moral e os bons costumes”, conforme noticiou o jornal alternativo *Lampião*, em abril de 1978 (TREVISAN, 1978: 6). Coincidentemente, esta mesma reportagem sobre Celso Curi, no jornal *Lampião*, também o envolveu em um processo judicial (TREVISAN, 2000: 346).

Além disso, esses discursos e ações despositivadoras das homossexualidades reforçavam possíveis agressões físicas a esses sujeitos, agressões psicológicas, sendo que houve operações de “limpeza” dessas pessoas nas ruas, como a “Operação Rondão” em São Paulo (OCANHA, 2015). Mas como destaca Michel Foucault (1988: 91): “onde há poder, há resistência”. No dia 13 de junho de 1980 cerca de quinhentas pessoas se reuniram em protesto pelas ruas da cidade contra as batidas policiais, gritando *slogans* como “Abaixo a repressão, mais amor e mais tesão” (GREEN, 2014: 76).

É no bojo deste cenário brasileiro que as notícias dissonantes que envolveram o campo religioso cristão e as homossexualidades no exterior foram divulgadas. Elas possibilitam analisar e observar essa vinculação numa conjuntura em que o entendimento cristão dominante prevalecia como sustentação da moralidade pública defendida, marca de um traço cultural incorporado a mentalidade das pessoas. Nesse sentido, as notícias que tensionam essa imbricação, analisadas na sequência, estão inseridas nesse amálgama marcadamente caracterizado por essa ditadura dos “bons costumes”.



### **Idiosincrasias religiosas pró-homossexualidade: a igreja de Troy Perry e os casamentos homossexuais**

Algumas matérias na revista *Veja* noticiaram alguns grupos religiosos que demonstraram adesão à homossexualidade. Tratou-se de acontecimentos ocorridos no exterior, mas que foram divulgados ao público leitor brasileiro, destacando informações, transformações e episódios que ocorreram em alguns países. Contudo, pelo teor das publicações pode-se dizer que não foram isentas de críticas e entraves por parte de sujeitos conservadores.

Em 1971 a seção “Religião” trouxe à discussão o tema da homossexualidade na alçada religiosa com o título: “A alegre Fraternidade”. Tratava-se da iniciativa do reverendo Troy Perry que criou uma igreja destinada especialmente aos homossexuais. Parte do início da reportagem em *Veja* conduz a uma dada apreensão:

Segundo a Bíblia, o homossexualismo [sic] é abominável. Mas nos últimos anos, na onda de um movimento intenso de reivindicações, homossexuais americanos apresentaram uma exigência de ordem religiosa: o direito de serem também cidadãos do reino de Deus (A ALEGRE, 1971: 49).

A ênfase dada na publicação refere-se ao fato de uma releitura bíblica que não exclui os homossexuais; ao contrário, reforça o desejo de os integrarem como filhos de Deus, da mesma forma que pessoas heterossexuais. Mais do que uma prospecção pelo além, a passagem citada está inserida na iniciativa desenvolvida pela igreja de acolher os homossexuais e desenvolver diferentes assistências: médica, jurídica, psicológica, além de outras atividades sociais.

A Igreja da Comunidade Metropolitana (ICM) em Los Angeles, criada em 1968, cresceu e permitiu a criação de uma federação: Fraternidade Universal de Igrejas da Comunidade Metropolitana. Com um número de adeptos que se ampliava, expandiu-se para outras cidades realizando suas atividades. Conforme a reportagem:

Arrebanhando para seu campo ovelhas que outras igrejas não querem ou não podem aceitar, Perry tem conseguido para a sua resultados surpreendentes. Perto de 40% dos seus paroquianos em Los Angeles foram batizados na Igreja Católica e 40% são evangélicos. Uns 20% não são homossexuais, mas apenas simpatizantes do movimento. O

próprio Perry já foi casado, e teve dois filhos, antes de descobrir sua verdadeira “preferência sexual”. Acha que Cristo não foi um anti-homossexual e morreu pelos pecados de “todos” os homens (A ALEGRE, 1971: 49 – grifo do autor).

A passagem apresentada da reportagem destacou a proporções de fiéis que migraram de outros grupos como católicos e evangélicos para a igreja de Perry. Ao mesmo tempo, um expressivo número de sujeitos que não se identificavam como homossexuais também integrou o grupo: simpatizantes ou talvez não assumidos. As informações sobre a vida do religioso assinalam as transformações pelas quais passou e, sem dúvida, são fatos que marcaram sua iniciativa de criação da igreja e demais atividades desenvolvidas para os homossexuais.

Um breve relato biográfico de Troy Perry foi citado por Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho (2011: 168 – grifo do autor):

Perry, filho de mãe batista e pai pentecostal, foi casado com a filha de seu pastor como forma de libertar-se de seus desejos já latentes por pessoas do mesmo sexo, e em 1962, casado, aceitou e assumiu sua orientação sexual, sendo excomungado da comunidade pentecostal que pertencia. Após cinco anos de casamento, divorciou-se, e sentindo-se traído e rejeitado por Deus, tentou o suicídio. No ano seguinte, entendeu ser possível convivência entre os discursos sobre o cristianismo e a homossexualidade, o que o impulsionou a fundar a ICM em Los Angeles, com 12 congregados. Perry, casado com Philip Ray DeBliet há mais de 20 anos, escreveu obras como “O senhor é meu pastor e Ele sabe que eu sou gay” e “Não tenho mais medo”, e discutiu os direitos da população LGBT com presidentes como Jimmy Carter, em 1977, e Luis Inácio Lula da Silva, em 2003 (debatendo o Programa Nacional por um Brasil Sem Homofobia).<sup>5</sup>

Uma das questões que acarretou distinção nesta igreja era a realização de casamentos homossexuais. O fragmento a seguir esclarece essa assertiva:

Os trabalhos religiosos na igreja de Troy Perry são iguais aos de qualquer outra igreja protestante. Mas há um ritual que a distingue das demais e geralmente choca os visitantes curiosos: o casamento. Troy já abençoou a união de dezenas de pares homossexuais dos dois sexos, seguindo todo o rito

---

<sup>5</sup> Essas considerações foram pontuadas fazendo menção a uma publicação anterior que contou com o amparo de uma entrevista de Cristiano Valério, fundador da ICM em São Paulo.

do matrimônio, mas substituindo as palavras “marido” e “mulher” por “esposos” (A ALEGRE, 1971: 49 – grifo do autor).

Nota-se, nesta reportagem, uma representação positiva para com os homossexuais, mas deve-se atentar ao fato de ser algo exterior ao Brasil. Se a intenção do fundador da revista *Veja* era a de levar informação aos leitores e leitoras (CIVITA, 1968: 21) mediante a criação dessa revista, o semanário o faz destacando as transformações sociais que ocorriam em outros países e os olhares lançados às homossexualidades em detrimento do que ocorria no Brasil. Mesmo destacando um aspecto positivo, havia muitas outras representações e tratamentos dados aos homossexuais nos Estados Unidos.

Verifica-se, ainda, a tentativa de adequar os homossexuais à heteronormatividade na medida em que se inserem de uma forma que reforça o sistema estabelecido como “normal”. A necessidade de dizer não sou pecador, sou também filho de Deus, digno do Paraíso, inserindo-se num grupo religioso; buscar um tipo de relação familiar com a benção de “Deus”, em seu aspecto religioso, assinala uma dada configuração que queriam ajustar-se. Não se está dizendo que esses sujeitos não podiam alcançar tais objetivos se assim o desejassem, embora sua inserção no campo religioso corrobore com determinada lógica interpretativa e partilhada de princípio e fim onde podiam integrar-se mediante a customização da fé. Era preciso rever as bases fundantes desta crença religiosa, pois do contrário, não seria possível fazer parte; ou talvez, lhes fazer frente em outro grupo, como o discutido nesta reportagem.

No mesmo ano, 1971, outra reportagem destacou, com mais ênfase, o universo homossexual dos Estados Unidos na seção “Comportamento”. O aspecto que ganhou maior respaldo foi o casamento de dois gays na Igreja Episcopal com os mesmos ritos de casamento costumeiros. Segundo a publicação, o pastor Robert Weeks ao invés de declará-los “marido” e “mulher” substituiu tal expressão por “amigos sagrados”. Os nubentes eram Henry Snyder e James Shakespeare, como ilustra a imagem a seguir, publicada na revista *Veja*, registrando diferentes momentos da cerimônia:

Figura 1 – Casamento homossexual nos Estados Unidos



Fonte: Fotos de Beatriz Alves. In: OS ALEGRES, 1971: 61.

Observa-se a reprodução do ritual religioso do matrimônio heterossexual visível na entrada da igreja, sob a presença do sacerdote, o convite, o registro dos casados e com suas madrinhas. Um destaque curioso foi a adaptação da frase final que uniu o casal, conforme destacado: “Amigos sagrados”. Os nubentes aparentam estar vestidos de acordo com a roupa culturalmente esperada para seu sexo, ou melhor, para o gênero que lhes era atribuído; ou seja, a expressão de gênero de Henry e James visível no registro fotográfico, de modo geral, adequava-se ao “gênero confortável” masculino, mantendo a postura de noivos em comparação ao estereótipo binário. Ao que parece, não confundiram ou afrontaram de forma explícita as fronteiras de gênero: por serem características suas ou para não abalar ainda mais o sistema estabelecido no qual estavam adentrando de forma mais específica.

Este casamento não foi o único. Em decorrência deste enlace matrimonial alguns números situaram os leitores e leitoras: “somente nos últimos dois anos pelo menos trezentos homossexuais realizaram seus casamentos” (OS ALEGRES, 1971: 61). Considerando a informação divulgada

na imprensa, nota-se o crescimento do interesse de casais em contrair o matrimônio religioso e entrar em conformidade com o padrão heterossexual constituindo uma família de acordo com o entendimento social dominante e tido por “natural”.

De acordo com Ivo S. Canabarro (2015: 108):

As imagens contribuem para a ampliação da visão dos historiadores, pois colocam em cena questões totalmente inéditas que as demais fontes não proporcionam, mostrando algo plausível de interpretações múltiplas que dependem do olhar apurado do historiador.

Ao serem publicadas nas reportagens as imagens somam-se ao conteúdo narrativo que compõe a notícia e ampliam as possibilidades de seu entendimento, bem como na apropriação e reelaboração de representações. Neste caso em especial, o público leitor não estava apenas contatando tais notícias de forma narrativa, mas vendo a materialização desses casamentos num país que na época, especialmente, era tido como um modelo, tendo apoiado, inclusive, a implantação de governos autoritários na América Latina, como no Brasil.

Mesmo com este cenário de transformações culturais e sociais, sobretudo, havia inúmeras razões para os homossexuais questionarem sua sexualidade e os dispositivos institucionais, morais, religiosos e familiares que colocavam obstáculos físicos e psicológicos para assumir-se homossexual, viver de acordo com seus desejos e paixões ou empoderar-se socialmente. A fala do pastor Tom Maurer publicada na revista assinala esta dificuldade: “Não é fácil que alguém se considere boa pessoa quando o Estado o chama de criminoso, os médicos o consideram doente e a Igreja o acusa de pecador irreversível” (OS ALEGRES, 1971: 62). Entendimentos que levavam os sujeitos a uma batalha interna e externa da qual era necessário superá-la para ampliar seus horizontes e enxergar o que parcela das pessoas que falavam em nome das instituições religiosas tinham dificuldades em considerar e rever tais entendimentos, sendo necessário atentar às tensões a partir das relações de poder presentes na religião cristã, aqui analisada.

Para tanto, devem-se compreender estas reportagens e notícias no contexto em que foram divulgadas. No Brasil havia a censura à imprensa que interditava, censurava, omitia determinados assuntos do público leitor. Mas ao mesmo tempo permite questionar: como tais conteúdos foram possíveis de ser publicados dado o contexto que impedia posicionamentos tendencialmente positivadores dos homossexuais? Sobre isso são apresentadas algumas hipóteses que nos permitem compreendê-las e analisá-las. Parte delas foram discutidas de forma preliminar por Martinelli (2018).

As homossexualidades permaneciam temas tabus por contrariarem dispositivos legais de censura à imprensa. Tais matérias publicadas podem estar associadas a manobras dos redatores e editores que permitiam brechas na interpretação das reportagens pelos censores e, por conseguinte, sua adesão à edição. Dada à ênfase que contou com imagens que ampliavam a dimensão do tema e chamava a atenção dos leitores e leitoras, não podem ter passado despercebidas. O fato de tratar de situações nos Estados Unidos possivelmente somou-se a esta leitura, pois as relações com o Brasil mantinham-se estreitas em razão do apoio a legitimidade do governo civil-militar e o idealismo voltado a esse país como um modelo a ser copiado e/ou seguido.

Uma das manobras que é entendida como uma possibilidade para a matéria ter sido publicada foi finalizar a reportagem com argumentos desfavoráveis que colocavam em pauta a credibilidade das positavações anteriores. Na reportagem sobre os nubentes casados, Henry e James, há uma menção atribuída a dois profissionais da área da medicina sobre a temática. Um desses sujeitos foi o psiquiatra Martin Hoffman em cuja fala atribuída teria destacado: “Pouco sabemos da homossexualidade e ainda não podemos considerá-la como um meio normal de vida”. A psicóloga Evelyn Hooker, citada como especialista no assunto, também teve atribuída uma fala: “A homossexualidade não é apenas uma outra forma de comportamento sexual, mas uma atitude que em geral afeta todo o sistema de vida das pessoas”. Após essas menções há uma reflexão sobre a dificuldade de aceitação dos homossexuais e uma analogia de que o sucesso desta empreitada é semelhante à

tentativa de convencimento dos pais “de que um casamento como o de Shakespeare e Snyder pode ser o melhor e mais conveniente para seus filhos” (OS ALEGRES, 1971: 62).

Os fragmentos atribuídos ao psiquiatra e a psicóloga são utilizados como referenciais para ponderar a positivação anterior, especialmente o primeiro ao dizer não ser “um meio normal de vida”. A fala desses profissionais da área da saúde possui um reconhecimento maior por seu campo de atuação adquirindo um sentido de “voz autorizada” para arguir sobre os homossexuais. A par do exposto parece significativo o uso de estratégias para equilibrar a dubiedade das leituras e permitir sua publicação.

Não é exagero lembrar que os trechos destacados e atribuídos a quaisquer pessoas são selecionados pelos jornalistas, redatores e/ou editores para compor a matéria. Conhecer um pouco o processo de como isso é realizado ajuda a entender essa construção narrativa. Darnton (2010: 86) chama a atenção para a divisão das tarefas entre os funcionários, demonstrando que a finalização do trabalho não é uma marca exclusiva do autor da matéria, passando pelas mãos de outras pessoas que geralmente modificam o texto. E não só isso: “O contexto do trabalho modela o conteúdo da notícia, e as matérias também adquirem forma sob a influência de técnicas herdadas de contar histórias” (DARNTON, 2010: 109).

Na mesma década, mais especificamente em 1976, uma reportagem na revista *Veja* destacou o *Gay Christian Movement* ocorrido na Inglaterra. Tratava-se de um movimento liderado por Peter Elers, reverendo anglicano que pretendia lutar contra a discriminação dos homossexuais dentro das igrejas cristãs. Numa entrevista concedida a um correspondente da revista em Londres, Jader de Oliveira, respondeu a alguns questionamentos entre os quais se tal atuação não contrariava as Escrituras bíblicas. Elers argumentou:

Admito que há certas referências contrárias à homossexualidade em diferentes partes da Bíblia. Mas acho mais importante entendermos o objetivo e o pano de fundo da Bíblia. A Bíblia é uma coleção de livros e relatos de fontes diferentes que nos dão a história do povo judeu, a revelação de Deus e, conseqüentemente, do mundo inteiro



através de Jesus Cristo. Mas as pessoas que escreveram a Bíblia eram humanas e estavam limitadas pelo conhecimento, pela cultura da época. Tanto isso é verdade que, no Velho Testamento, encontramos vários hábitos que eram mantidos pelos judeus da época, mas não por nós. Eles estavam proibidos de comer carne de porco e de trabalhar no sábado, por exemplo. Bem, uma das coisas importantes do Velho Testamento era que a raça judaica, então muito pequena, devia crescer e procriar. Daí a razão de ser malvista toda a união homossexual (ALEGRES, 1976: 55).

A fala do reverendo apresenta, em parte, uma interpretação histórica dos textos bíblicos considerando-os como produção humana num determinado tempo. Esta historicidade permite compreender as passagens inseridas no contexto dos sujeitos que a elaboraram. O fato de tratar-se de um pequeno grupo que foi várias vezes subjugado e preso por outros povos assinalava a importância da reprodução gerando filhos e filhas para ampliar e fortificar esse grupo. Tendo em vista que a procriação somente acontece numa relação heterossexual, desde que os sujeitos apresentem as condições biológicas que permitam fazê-la, as outras possibilidades de uniões eram desencorajadas, pois não contribuiriam com essa norma para o grupo. Logo, tais associações eram punidas e rejeitadas.

A análise do líder do Movimento Cristão Gay destaca uma leitura dos textos que permite outra compreensão e um olhar que torna mais receptiva a homossexualidade. Estas idiosincrasias que rompem com um modelo dominante proposto pelos grupos religiosos tornam-se evidentes. A tentativa promovida era justamente tornar mais flexíveis estas fronteiras para acolher os homossexuais, não excluí-los.

Nota-se que estas reportagens favoráveis publicadas na revista se tratavam de acontecimentos do exterior, portanto distantes. Não houve a divulgação de nenhuma iniciativa semelhante por grupos religiosos no Brasil nas fontes analisadas. Atenta-se que acolher os homossexuais não significava vê-los como semelhantes, “normais”, se sua sexualidade era abominada; se não eram aceitos em sua plenitude. Contudo, havia adaptações destes discursos religiosos além dos direcionados especificamente aos homossexuais, o que podia acarretar distintas representações num todo que geralmente era



apresentado como coeso. Isso inclui os adeptos das crenças religiosas que não concordavam com tudo que era tomado em nome do grupo/instituição.

A partir do exposto, nota-se a atitude tomada por algumas pessoas no interior de suas crenças religiosas – citadas na revista *Veja* – desenvolvendo atividades voltadas aos homossexuais, não os excluindo ou buscando “readequá-los” à heterossexualidade, sendo exemplos de dissidentes do discurso cristão dominante. Igualmente, houve a criação de organizações específicas como as “igrejas inclusivas”<sup>6</sup>, criadas com a finalidade de voltar sua atuação especificamente aos homossexuais em resposta a hostilidade encontrada em outras igrejas. No Brasil, na segunda metade da década de 1990 ocorreram atitudes semelhantes de acolhimento às pessoas homossexuais em algumas igrejas, sendo que a mídia acabou chamando-as de “igrejas gays” (NATIVIDADE, 2010: 92-95). Já o termo “*Igreja Inclusiva* é uma autonegação. O nome *igreja inclusiva* atua como categoria política de identificação em confronto com o que seriam, por oposição, as igrejas consideradas “exclusivas”, que não aceitam em suas fileiras pessoas LGBTs” (OLIVEIRA, 2017: 16 – grifo do autor).

### **Crenças religiosas na representação negativa dos gays**

Um dos casos que assinala a relação negativa entre cristianismo e homossexualidades foi expresso em “Blasfêmia gay”, título de um dos temas discutidos na seção “Religião” de 1977. Tratava-se de um processo judicial decorrente de uma ofensa a Jesus Cristo por um homossexual na Inglaterra. Acionando leis antigas, Denis L. foi julgado e condenado. De acordo com a reportagem:

o réu, 32 anos, homossexual confesso, editor da revista *Gay News*, uma das muitas do gênero que circulam no país, foi condenado na semana passada a nove meses de prisão e a pagar multa equivalente de 15 000 cruzeiros, pelo crime pouco comum de blasfemar – ofender a Deus ou ao que é

<sup>6</sup> De acordo com Marcelo Natividade a Igreja da Comunidade Metropolitana (ICM) foi fundada no Brasil nos anos 2000, primeiro na cidade do Rio de Janeiro, mas essa vertente evangélica recusou a uso de “igreja gay” aderindo ao termo “igreja inclusiva”, sendo que posteriormente a congregação dividiu-se, passando a chamar-se Igreja Cristã Contemporânea (ICC).

sagrado. No caso, por haver publicado o poema intitulado “O Amor que ousa Dizer Seu Nome”, no qual o professor inglês James K[...], atualmente residente nos Estados Unidos, descreve Jesus Cristo como “um autêntico homossexual” (BLASFÊMIA, 1977: 50 – grifo do autor).

Sua fala foi considerada ofensiva por tocar num elemento “inquestionável” a respeito do messias cristão, possivelmente maximizada por sua atividade profissional e sexualidade. Somado a isso está o fato do teor do poema citado, além do título que adapta uma frase de Oscar Wilde, preso em sua época acusado por práticas de sodomia na Inglaterra (NAPHY, 2006: 216-219). A reportagem destacou que os grupos religiosos da Inglaterra preferiram não se manifestar a respeito da “blasfêmia” ou se envolver na alçada jurídica deixando, a sua parte, ao julgamento divino. Conforme citado, esta lei já havia sido aplicada a outro sujeito, em 1921, “condenado a nove meses de trabalho forçado por chamar Jesus Cristo, num panfleto de sua autoria, de ‘personagem parecido a um palhaço de circo’” (BLASFÊMIA, 1977: 50 – grifo do autor).

As distintas interpretações e posicionamentos tomados sobre esse personagem acarretavam – e acarretam – descontentamento, em especial, quando as menções não correspondem aos ideais defendidos pelos cristãos. Deve-se atentar que diferentes entendimentos são possíveis, e isso não pode ser limitado, haja vista a liberdade de pensar ser uma das questões fundamentais, democráticas e necessárias para o convívio social; o que, por outro lado, não deve ser tomado como motivo para desrespeitar as crenças religiosas. Crer nelas ou não é uma opção disponível a todas as pessoas, e ideias discordantes devem ser igualmente aceitas e analisadas em seu próprio contexto.

Tal ênfase em casos menos habituais pode estar relacionada aos critérios de noticiabilidade que indicam temas e categorias chamativas para as publicações (SILVA, 2005); este caso, em especial, pode fazer parte de acontecimentos inusitados que adquirem dimensão maior pela associação com outros elementos, como o fato do sujeito envolvido nesse processo ser um homossexual e editor de revista gay. Esse fato se soma ao hiato entre as aplicações deste dispositivo e a própria surpresa ao recorrer a tal artigo, como permite evidenciar a reportagem. Tal razão nos parece singular para

compreender o intervalo entre as duas situações condenatórias que, pela menção na revista, distanciavam-se em 56 anos de sua aplicação legal.

Sem dúvida, muitos outros sujeitos contrariaram, criticaram e propuseram outras interpretações às bases que dão sentido ao discurso cristão, de modo que a aplicação legal de uma punição a este fator, por si só, torna o ocorrido jocoso. A questão central, como se pode observar, foi a moralidade abalada. Em contraponto, a discriminação e estigmatização concreta que os homossexuais passaram, não eram dignas de punição aos agressores; ou não assumia a mesma importância. Atenta-se que se fala de um país onde imperou a chamada moralidade vitoriana que impôs normas de comportamentos e costumes sexuais a serem seguidos (STEARNS, 2010: 137-180).<sup>7</sup> Nota-se, pelo ocorrido, como afirmou a publicação, “que a velha moral cristã e britânica, que muitos consideravam moribunda, continua[va] bem viva, pelo menos nas aparências da lei da blasfêmia” (BLASFÊMIA, 1977: 50).

Outra reportagem do campo religioso foi publicada na seção “Comportamento” de 1979. O título evidencia o tema em questão: “Padre gay, não” em letras com destaque no topo da página, seguida por um subtítulo também esclarecedor: “Só heterossexual pode ser sacerdote”. A polêmica girou em torno de uma votação a respeito da ordenação de sacerdotes pela Casa dos Bispos da Igreja Episcopal nos Estados Unidos, sendo que ela resultou no impedimento de homossexuais ao ofício num número superior a metade dos votos. De acordo com o noticiado, a igreja foi uma das primeiras que aceitou a ordenação de mulheres; no entanto, no mesmo dia da votação uma mulher moveu uma ação contra a Igreja Episcopal, pois “teria negado sua ordenação sob a alegação de que ela é ‘lésbica militante’ e ‘envolvida em magia negra’” (PADRE, 1979: 88 – grifo do autor).

---

<sup>7</sup> O vitorianismo foi a denominação dada em referência à rainha Vitória, da Inglaterra, visando regular as sexualidades por meio de um conjunto de elementos que definiam uma dada moralidade a ser seguida, período a que alguns autores como Peter Stearns chama de primeira revolução sexual, entre 1750 a 1950. Como reação a tais transformações desenvolveu-se esta moralidade sexual expandindo-se para outros territórios, modificando-se, mas mantendo a vigilância a tais imperativos. Mesmo com relutâncias ou adaptações, tal sistema permaneceu atuante e é possível observar a permanência de tais valores e sua reprodução.

Tal fato assinalou que ao mesmo tempo em que houve grupos religiosos favoráveis à homossexualidade, criando igrejas inclusivas, realizando casamentos e outras atividades sociais, o oposto também ocorreu no reforço à manutenção dos valores morais cristãos, heterossexuais e cisgêneros, prezando por tais postulados.

Verifica-se que as reportagens tornaram públicas informações referentes ao exterior, especialmente, mas não dão igual ênfase aos acontecimentos sobre os homossexuais no Brasil, ao menos não nas fontes analisadas. Tal questão pode estar associada à ideia de que se não fossem divulgadas tais situações envolvendo o país, numa pretensão para o olhar dos leitores e leitoras, haveria um silenciamento sobre a temática. Isso pode ser comprovado pelo conteúdo dos bilhetes e comunicações que impediam determinados temas e informações de serem publicados na imprensa, como pode ser analisado nos exemplos trazidos por Paolo Marconi. E ainda havia o alerta de que a censura não podia ser criticada. O conteúdo de uma proibição da Polícia Federal de 4 de junho de 1973, citado pelo autor, informa:

De ordem superior, fica terminantemente proibida a publicação de críticas ao sistema de censura, seu fundamento e sua legitimidade, bem como de qualquer notícia, crítica, referência escrita, falada e televisada, direta ou indiretamente formulada contra órgãos de censura, censores e legislação censória (MARCONI, 1980: 37).

A reportagem citada é do ano de 1979, período em que a revista *Veja* não estava sendo censurada (ALMEIDA 2009: 154), porém o lastro dessa influência permanecia. Embora o período no Brasil fosse mais permissivo quanto às questões sexuais em relação ao período anterior, representações negativas sobre os homossexuais e demais vivências não alinhadas à moralidade dominante continuavam a reproduzir-se. O aval do aparato censor atuante na imprensa e para além dela, – além da possível autocensura<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Esta autocensura citada não é aquela perpetrada de forma vertical pelos governantes do país, pela Lei da Imprensa de 1967, sobre os periódicos, que ocorreu anteriormente, mas se está referindo-se àquela voltada ao caráter *partidário* dos veículos de imprensa, entendida a partir de Gramsci, em que os órgãos de imprensa podem ter selecionado se publicariam ou não notícias sobre esse grupo dada a intensa moralidade vigente no período e possibilidade de serem processados judicialmente em razão da possível “afrenta” à “moral e os bons costumes”.

imbricada ao caráter *partidário* dos veículos de imprensa (GRAMSCI, 2001) por parte dos jornalistas, editores e proprietários dos periódicos –, juntamente à ressonância e receptividade de tais representações por parcela da população contribuíram com a preservação dominante de tais entendimentos.

A seção “Datas”, por sua vez, pontuou um caso envolvendo um sacerdote e a homossexualidade ganhando destaque numa reportagem de 1978. Na Espanha, um sacerdote foi impedido de realizar sacramentos e foi afastado de suas atividades por ter publicado um livro contando sobre sua homossexualidade (DATAS, 1978: 16). O fato destaca as tensões dentro do próprio campo religioso que tiveram que lidar com situações imprevisíveis. Ao mesmo tempo em que pregavam e reforçavam uma determinada representação, alguns de seus integrantes abalaram o sistema e afrontaram esses princípios. As vivências homossexuais começaram a aparecer com mais frequência em razão da visibilidade que estas adquiriram. Se antes os sujeitos abdicavam de seus desejos e afetos ou os praticavam escondidos, nessa conjuntura foram estimulados a torná-los públicos pelos emergentes movimentos de identidade.

Informar sobre tal ocorrido ao público leitor aponta a ocorrência da homossexualidade entre os membros religiosos e sinaliza a ênfase dada ao fato. Não se tratou apenas de um sacerdote homossexual, mas de sua história e sexualidade tornadas públicas por meio do livro, sendo que a polêmica fragilizava ainda mais a estrutura eclesiástica que já apontava seus abalos. Portanto, a publicação contribuiu no reforço de representações que puderam ser decodificadas de acordo com a leitura subjetiva de seus leitores e leitoras. Tanto negativa ao associar o homossexual ao escândalo religioso, ou positiva ao destacar um clérigo que mesmo inserido em seu meio, conservador no que diz respeito às questões sexuais, assumiu sua sexualidade publicamente sabendo das reações que essa iniciativa implicaria no grupo religioso do qual fazia parte.

No conjunto, verifica-se a ênfase a respeito das questões religiosas que envolveram países do exterior, ao passo que as nacionais foram limitadas nas reportagens que compuseram as fontes analisadas. Algumas evidenciaram justamente a representação negativa sobre a homossexualidade e sua relação

com lideranças religiosas como numa seção “Brasil” de 1979. Esta seção discutia especialmente assuntos com uma abordagem política e, nesta edição, menciona a concessão negada do título de cidadão mineiro ao cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns. A razão disso é explicitada na fala de um deputado, cujo fragmento pode ser conferido a seguir:

De fato, alguns deputados mineiros recorreram a argumentos que comprometem tanto o decoro parlamentar quanto a inteligência de seus autores. “Com aquele jeito *gay*, ele não faz meu gênero, não”, justificou-se o deputado Sylo C[...], eleito pela Arena, conhecido por sua falta de equilíbrio nas temporadas de caça aos comunistas e, agora, por uma inédita falta de compostura no trato de uma questão parlamentar que envolve um cardeal (QUESTÃO, 1979: 34 – grifo do autor).

O argumento que levou o deputado a votar contra, segundo a matéria, foi a associação do clérigo à homossexualidade. Mais do que analisar a sexualidade e castidade alheia do arcebispo, deve-se refletir sobre o estigma que tal nomeação e associação podiam acarretar. A acusação e ofensa moral expressa tinha o propósito de desqualificá-lo como apto a receber o título de cidadão mineiro. A aversão do deputado aos comunistas podia estar relacionada a este posicionamento, pois como já salientado, a homossexualidade foi uma forma de abalar a imagem tanto da direita quanto da esquerda da época que tendeu de modo geral, – com algumas exceções e mudanças nos grupos políticos ao longo do tempo –, a rejeitar os homossexuais (QUINALHA, 2017: 243). Mesmo um representante da fé católica, defensor da moralidade cristã e dos valores preconizados no período, não foi poupado de polêmicas que envolveram sua imagem. Tratou-se, pois – como destacou o título desta reportagem – de uma “Questão de honra”.

Além disso, o cardeal era conhecido pelas atividades sociais que desenvolvia em defesa dos direitos humanos, coordenando entre 1979 e 1985, juntamente com o pastor Jaime Wright, o projeto sigiloso *Brasil Nunca Mais*, registrando processos de tortura e repressões no Brasil (CIA, 1996). Essas vinculações também podem ter corroborado para a recusa em receber o título e a emissão do posicionamento que gerou tal polêmica, pois se tratava de um

opositor ao regime; contudo, o termo expresso poderia visar a desqualificação desse religioso.

O jornalista Pedro Del Picchia (2016) escreveu uma matéria no jornal *Folha de São Paulo* em decorrência da morte de Dom Paulo Evaristo Arns, em 14 de dezembro de 2016, destacando parte de sua história. Além do destaque a sua atuação pontuou brevemente questões polêmicas: “No período sofreu ameaças e calúnias – como denúncias anônimas tachando-o de homossexual. Sobre isso jamais se pronunciou, demonstrando absoluto desprezo por seus detratores”.

Observa-se a crítica na reportagem da revista *Veja* sobre o posicionamento do parlamentar que atribuiu tal nomeação ao clérigo, citando inclusive nomes de outras personalidades como o ex-presidente Emílio G. Médici que obteve o título. Atenta-se, contudo, que a proposta havia sido implementada por um deputado do MDB “que pretendia homenagear o arcebispo de São Paulo por suas atividades de defesa dos direitos humanos” (QUESTÃO, 1979: 34). Logo, tratava-se também de uma contrariedade partidária com o deputado arenista.

### Considerações finais

Cabe destacar que no conjunto o saber do campo religioso cristão apareceu em notícias que apresentaram representações favoráveis à homossexualidade no exterior, mas também negativas, obtendo visibilidade pelo número de reportagens que se referiram ao cenário internacional. Os exemplos mostram que se havia uma melhora no trato das questões homossexuais a mesma estava distante, vinha de fora. Reforçava no imaginário dos sujeitos a ideia de que em alguns países ocorreram transformações que eram positivas à homossexualidade, em detrimento de outros; embora houvesse também obstáculos às vivências homossexuais nesses países.

Ao contatar tais notícias o público leitor pôde refletir acerca dessa temática que, de um lado, no Brasil, naquela época, tinha grande respaldo a representação negativa dessas pessoas homossexuais, mas, por outro lado, essas

publicações discutidas também davam margem para aqueles leitores e leitoras que não tinham esse pensamento discriminatório problematizar tal questão e reforçar seu apoio a essa população. Ou até encorajar homossexuais para que não se sentissem excluídos, pois no que concerne a esse entendimento religioso, tratavam-se de interpretações. E cabe destacar o papel de destaque que o pensamento cristão adquiriu na mentalidade das pessoas sendo um componente da organização da sociedade.

Essas representações demonstram a pluralidade de possibilidades de pensar as homossexualidades a partir das crenças religiosas, nesse caso em especial, a partir do campo religioso cristão transnacional que compartilhava os entendimentos dominantes, mas que também apresentou fissuras nesse discurso que permitiram a criação de idiosincrasias. Estas, por sua vez, difundiram-se mediante as notícias veiculadas na imprensa, como analisado na revista *Veja*, possibilitando ao público leitor no Brasil informar-se de tais transformações a partir da mediação que esse produto de consumo realizou na elaboração das notícias na década de 1970. Isto em meio ao aparato censor que interditava e regulava o que podia ou não ser publicado. Esses aspectos demonstram as tensões no interior do campo religioso no qual se podem “engendrar as estratégias dos produtores, a forma de arte que defendem, as alianças que estabelecem, as escolas que fundam e isso por meio dos interesses específicos que aí são determinados” (BOURDIEU, 2004: 22-23). Nesse sentido, o olhar da imprensa sobre tais fatos nos possibilita pensar sobre aquilo que foi publicizado na sociedade, mas também na transformação da mesma através do contato e das decodificações plurais a partir da construção e divulgação das notícias.

### Referências

A ALEGRE fraternidade. **Veja**, São Paulo, n. 136, 14 maio 1971, p. 49. Acervo da Biblioteca Central da PUCRS.

ALEGRES cristãos. **Veja**, São Paulo, n. 420, 22 set. 1976, p. 55. Acervo da Biblioteca Central da PUCRS.



ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. **Veja sob censura: 1968-1976**. São Paulo: Jaboticaba, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luis Antonio Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BLASFÊMIA gay. **Veja**, São Paulo, n. 463, 20 jul. 1977, p. 50. Acervo da Biblioteca Central da PUCRS.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. *In*: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CANABARRO, Ivo Santos. Fotografia e História: questões teóricas e metodológicas. **Visualidades**, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 98-125, jan.-jun. 2015.

CIA. **Brasil: nunca mais**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

CIVITA, Victor. Carta do editor. **Veja**, São Paulo, n. 1, 11 set. 1968, p. 21. Disponível em <https://acervo.veja.abril.com.br/>.

CONNELL, Raewyn; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, jan.-abr. 2013.

COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e "subversão" no regime militar. *In*: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (Orgs.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2015. p. 27-52.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DATAS. **Veja**, São Paulo, n. 487, 4 jan. 1978, p. 16. Acervo da Biblioteca Central da PUCRS.

DEL PICCHIA, Pedro. Morre dom Paulo Evaristo Arns, ícone progressista da igreja no Brasil. **Folha de São Paulo**, 14 dez. 2016. Disponível em

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/12/1840882-dom-paulo-evaristo-arns-icone-progressista-da-igreja.shtml>. Acesso em 12 jan. 2019.

FICO, Carlos. Prezada censura: cartas ao regime militar. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 251-286, jul. - dez. 2002.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001. v. 2.

GREEN, James Naylor. “Abaixo a repressão, mais amor e mais tesão”: uma memória sobre a ditadura e o movimento de gays e lésbicas de São Paulo na época da abertura. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 53-82, jan./jul. 2014.

GREEN, James Naylor. **Além do carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. Tradução de Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan (Orgs.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2015.

LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. [recurso eletrônico sem paginação].

MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. “Jesus me ama no *dark room* e quando faço programa”: narrativas de um reverendo e três irmãos evangélicos acerca da flexibilização do discurso religioso sobre sexualidade na ICM (Igreja da Comunidade Metropolitana), **Polis e Psique**, v. 1, p. 166-194, 2011.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)**. São Paulo: Global editora, 1980.

MARTINELLI, Leonardo da Silva. **Em tempos de Gay Power: representações da homossexualidade masculina na revista *Veja* (1968-1983)**. 2019. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, Brasil.

MARTINELLI, Leonardo da Silva. Uma idiosincrasia cristã: a igreja que casou homossexuais nos Estados Unidos e suas representações na revista *Veja* (1971). **Semina**, Passo Fundo, v. 17, n. 2, p. 257-279, 2018.

MORAES, Roque. Análise de Conteúdo. **Educação**, Porto Alegre, a. 22, n. 37, p. 7-32, mar. 1999.

NAPHY, William. **Born to be gay**: História da homossexualidade. Tradução de Jaime Araújo. Lisboa: Edições 70, 2006.

NATIVIDADE, Marcelo. Uma homossexualidade santificada? Etnografia de uma comunidade inclusiva pentecostal. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, 2010, p. 90-121.

OCANHA, Rafael Freitas. As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982). In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (Orgs.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2015. p. 149-175.

OLIVEIRA, Luiz Gustavo Silva de. **“O senhor é meu pastor e ele sabe que eu sou gay”**: etnografando duas igrejas inclusivas na cidade de São Paulo. 2017. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

OS ALEGRES revoltosos. **Veja**, São Paulo, n. 158, set. 1971, p. 61. Acervo da Biblioteca Central da PUCRS.

PADRE gay, não: Só heterossexual pode ser sacerdote. **Veja**, São Paulo, n. 577, 26 set. 1979, p. 88. Acervo da Biblioteca Central da PUCRS.

QUESTÃO de honra: Deputados negam a dom Paulo o que deram a Medici [sic]. **Veja**, São Paulo, n. 587, 5 dez. 1979, p. 34 – grifo do autor. Acervo da Biblioteca Central da PUCRS.

QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes**: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 2017. Tese (Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

QUINALHA, Renan Honório. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Orgs.). **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 15-38.

RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço. A despatologização da homossexualidade no Brasil. In: CAETANO, Marcio et al. (Orgs.). **Quando ousamos existir**: itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI Brasileiro (1978-2018). Tubarão: Copiart; Rio Grande, RS: FURG, 2018. p. 48-53.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 95-107, 2005. p. 102-103.

STEARNS, Peter N. **História da sexualidade**. Tradução de Renato Marques. São Paulo: Contexto, 2010.

TREVISAN, João Silvério. Demissão, processo, perseguições. Mas qual é o crime de Celso Cúri? **Lampião**, Rio de Janeiro: Lampião, n. 0, abr. 1978, p. 6-8. Disponível em <http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>. Acesso em 12 dez. 2017.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 3. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro, Record, 2000.

**Recebido em:** 18 de novembro de 2020

**Aceito em:** 25 de fevereiro de 2022